

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP****INTRODUÇÃO**

Este estudo é uma etapa no processo de planejamento do processo licitatório abaixo delineado, visando garantir a eficiência na utilização de recursos públicos e a adequação dos ambientes de trabalho das secretarias.

**1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (art. 18 § 1º inciso I da Lei 14.133/2021)**

descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

Com o aumento da população idosa e de pacientes com condições crônicas que comprometem a capacidade de ingestão alimentar normal, há uma necessidade constante e crescente de produtos de nutrição enteral e suplementação alimentar.

O fornecimento desses produtos é essencial para a melhora da qualidade de vida dos pacientes, auxiliando na recuperação, manutenção do estado nutricional e prevenção de complicações relacionadas à desnutrição.

Segundo o Manual de Terapia Nutricional na Atenção Especializada, do Ministério da Saúde, diversos estudos indicam que pacientes mal nutridos apresentam maiores taxas de internação prolongada, desnutrição e complicações, resultando em um aumento significativo dos custos hospitalares e uma maior utilização dos recursos públicos. Portanto, a melhor maneira de reduzir os gastos dos recursos públicos é a prevenção e a implementação precoce da terapia nutricional, assegurando que o indivíduo recupere seu estado nutricional de forma mais rápida e eficiente.

No Brasil, não há uma legislação nacional no SUS que determine o fornecimento de dieta enteral industrializada para pacientes domiciliados/acamados e outros que necessitem de suplementação. Cada município define como irá fornecer esses produtos. Em Dois Vizinhos, a Lei Municipal 2869/2025 regulamenta o fornecimento de produtos necessários para



garantir a saúde e o bem-estar dos pacientes que se enquadram nos critérios estabelecidos.

A implementação desta aquisição não apenas atende a uma necessidade imediata e crescente, mas também se alinha aos princípios de eficiência e responsabilidade na gestão dos recursos públicos, promovendo a saúde e o bem-estar da população de Dois Vizinhos.

Além disso, conforme Processos Judiciais anexos ao processo a aquisição de produtos de nutrição enteral e suplementação alimentar para atender às demandas de pacientes de Dois Vizinhos é essencial para garantir que os direitos de saúde e bem-estar dessas pessoas sejam respeitados.

Essa necessidade decorre de ações judiciais movidas no Ministério Público, onde pacientes ou seus representantes legais solicitam o fornecimento desses produtos como parte do tratamento médico indispensável para a manutenção ou melhora de suas condições de saúde.

A nutrição enteral é fundamental para pacientes que não conseguem se alimentar de forma convencional, seja por dificuldades de deglutição, condições pós-cirúrgicas ou doenças crônicas. Já a suplementação alimentar é necessária para aqueles que, mesmo podendo se alimentar normalmente, precisam de complementos nutricionais para alcançar os requisitos diários de nutrientes devido a condições médicas específicas.

Atender a essas demandas judiciais é uma forma de assegurar que o sistema de saúde esteja cumprindo seu papel de fornecer o tratamento adequado e completo para cada paciente, conforme prescrição médica.

Além disso, essa aquisição visa evitar complicações de saúde decorrentes da falta desses produtos, promovendo a recuperação e a manutenção da qualidade de vida dos pacientes.

Portanto, a aquisição desses produtos de nutrição enteral e suplementação alimentar, conforme solicitado em processos judiciais, é uma medida imprescindível para garantir o acesso a um tratamento de saúde integral e



humanizado para os pacientes de Dois Vizinhos, conforme determinado pelo Ministério Público.

**2. LEVANTAMENTO DE POSSÍVEIS SOLUÇÕES E ANÁLISE COMPARATIVA (art. 18 § 1º inciso V da Lei 14.133/2021 V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;)**

Para atender à crescente demanda por produtos de nutrição enteral e suplementação alimentar, imprescindíveis ao tratamento de pacientes com condições clínicas específicas, foi realizado levantamento de mercado contemplando alternativas de contratação que viabilizem o fornecimento contínuo, seguro e economicamente vantajoso. Foram considerados aspectos técnicos (qualidade e regularidade do fornecimento), operacionais (logística de entrega e armazenamento) e econômicos (custo-benefício e previsibilidade orçamentária). Alternativas identificadas:

1. Aquisição direta pelo município, mediante processo licitatório específico
  - Vantagens: Garante ampla concorrência entre fornecedores, favorecendo a seleção da proposta mais vantajosa; Observa os princípios da legalidade, impessoalidade, economicidade e eficiência; Permite maior previsibilidade e planejamento orçamentário; Possibilita incluir cláusulas contratuais de entrega parcelada e penalidades, garantindo regularidade no fornecimento.
  - Desvantagens: Demanda maior tempo para tramitação do processo licitatório; Requer acompanhamento técnico constante para evitar desabastecimento.
2. Fornecimento via consórcios públicos ou atas de registro de preços compartilhadas com outros municípios
  - Vantagens: Possibilita economia de escala, reduzindo custos unitários; Simplifica etapas administrativas, aproveitando procedimentos já



realizados por outros entes; Amplia o poder de negociação com fornecedores.

- Desvantagens: Sujeição a cronogramas e condições definidas por outros entes; Risco de o quantitativo contratado não atender plenamente às necessidades locais; Menor autonomia para adequar o contrato à realidade do município.

3. Aquisição direta junto a fornecedores, sem processo competitivo (hipóteses de dispensa ou inexigibilidade)

- Vantagens: Rapidez em situações emergenciais, evitando descontinuidade no atendimento.
- Desvantagens: Preços significativamente mais elevados; Menor transparência e controle social; não é viável como solução regular e de longo prazo.

Diante da análise apresentada, conclui-se que a contratação por meio de processo licitatório próprio representa a solução mais adequada para o Município de Dois Vizinhos, pois:

- Assegura regularidade no fornecimento de produtos essenciais à saúde dos pacientes;
- Observa os princípios constitucionais e legais da Administração Pública;
- Possibilita melhor relação custo-benefício, com controle sobre preços e qualidade;
- Permite prever quantitativos, cronogramas de entrega e cláusulas de penalidade, garantindo segurança contratual e estabilidade no atendimento.

Assim, a adoção da licitação própria é a medida que melhor atende à necessidade pública, conciliando eficiência administrativa, economicidade e responsabilidade no uso dos recursos públicos.



**3. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO** (art. 18 § 1º inciso VIII da Lei 14.133/2021) justificativas para o parcelamento ou não da contratação:

A finalidade da norma é fomentar o desenvolvimento econômico e social em âmbito local e regional, ampliar a efetividade das políticas públicas e incentivar a inovação tecnológica, conforme dispõe o artigo 47 da Lei Complementar nº 123/2006.

No entanto, tal dispositivo deve ser interpretado em conformidade com a Constituição Federal e com a Lei nº 14.133/2021, que estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos. A Constituição assegura, no processo licitatório, a igualdade de condições a todos os concorrentes. Já a nova Lei de Licitações determina que o procedimento licitatório deve observar o princípio da isonomia, garantir a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração e promover o desenvolvimento nacional sustentável.

Assim, considerando os riscos decorrentes da restrição à competitividade por meio da concessão de exclusividade e visando assegurar a ampla concorrência, a isonomia entre os licitantes e a obtenção da proposta mais vantajosa, opta-se por não reservar o item exclusivamente para microempresas e empresas de pequeno porte. Dessa forma, o item será aberto à participação de todos os interessados, em conformidade com os preceitos da Constituição Federal, da Lei Complementar nº 123/2006 e da Lei nº 14.133/2021.

A vedação à reserva de itens para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte é justificada, neste caso, para evitar o comprometimento da isonomia e da obtenção da proposta mais vantajosa. Tratando-se de insumos essenciais de saúde e fornecimento contínuo, a divisão do objeto em itens reservados (parcelamento indevido) poderia acarretar em riscos de desabastecimento, elevação de custos de logística e gestão, e dificultar a contratação devido à restrição de competitividade em itens específicos. Assim, a não-reserva preserva o menor preço e a continuidade do serviço público essencial.

**4. ESTIMATIVA DE QUANTIDADE** (art. 18 § 1º inciso IV da Lei 14133/2021)

estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

As quantidades foram definidas a partir de levantamento realizado pela Secretaria Municipal de Saúde, abrangendo tanto as demandas já programadas quanto a previsão de situações imprevistas que exijam atendimento imediato. A definição do quantitativo considerou o histórico de consumo dos últimos 12 (doze) meses, acrescido da estimativa de novos pacientes incluídos no período. Essa análise possibilitou a identificação de padrões de utilização, variações sazonais e necessidades específicas, garantindo maior precisão no planejamento e alinhamento com as demandas reais da assistência. No caso dos itens decorrentes de decisões judiciais, as quantidades foram estabelecidas em conformidade com o que determina cada processo, assegurando o integral cumprimento das ordens judiciais.

**5. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO** (art. 18 § 1º inciso VI da Lei 14.133/2021) estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

Para a estimativa preliminar de preços, foram considerados os valores referenciais de contratações anteriores realizadas pelo Município, bem como cotações obtidas em pesquisa de mercado. A partir dessa análise, apurou-se um valor estimado de R\$ 1.006.175,00 (um milhão seis mil cento e setenta e cinco reais) para o período de 12 (doze) meses de atendimento. Ressalta-se que tal estimativa possui caráter preliminar, servindo como base para avaliação da viabilidade da contratação e para subsidiar a escolha da solução mais adequada.

**6. ANÁLISE DOS RISCOS** (art. 18 § 1º inciso X da Lei 14.133/2021) a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;



Informamos que a Análise de Riscos elaborada para este processo segue em anexo a este Estudo Técnico Preliminar (ETP).

**7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO** (art. 18 § 1º inciso VII da Lei 14.133/2021) descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;

A solução proposta consiste na aquisição de produtos de nutrição enteral e suplementação alimentar destinados ao atendimento dos pacientes do Município de Dois Vizinhos, em conformidade com prescrições médicas e nutricionais emitidas pelos profissionais do SUS.

O fornecimento deverá contemplar tanto as demandas programadas quanto situações emergenciais, assegurando a continuidade dos tratamentos e contribuindo para a preservação da saúde e a melhoria da qualidade de vida dos pacientes.

A definição das quantidades baseou-se no histórico de consumo dos últimos 12 (doze) meses, incluindo o ingresso de novos pacientes e o cumprimento de determinações judiciais. Essa análise permitiu identificar padrões de utilização e necessidades específicas, garantindo maior precisão no dimensionamento do objeto.

A aquisição das dietas especiais será realizada por meio de processo licitatório, medida indispensável para atender à demanda de forma transparente, legal e economicamente vantajosa. Além de garantir a regularidade no fornecimento, a licitação permite alcançar a melhor relação custo-benefício, assegurando que os pacientes tenham acesso contínuo e adequado ao suporte nutricional necessário.

**8. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO** (art. 18 § 1º inciso III da Lei 14.133/2021)

Como requisitos da contratação serão requeridos os seguintes documentos:

- a) O atestado de capacidade técnica operacional deverá comprovar o fornecimento contínuo e satisfatório de produtos de nutrição enteral e/ou





suplementação alimentar em quantidade mínima equivalente a 25% da quantidade estimada e com duração mínima de 06 (seis) meses;

Justificativa: O atestado de capacidade técnica comprova que o fornecedor possui experiência e competência na execução de serviços semelhantes ao objeto desta licitação. Isso garante que o fornecedor tem um histórico comprovado de fornecer produtos de qualidade e que pode atender às especificações técnicas necessárias, minimizando riscos de falhas ou problemas durante a execução do contrato.

- b) Alvará ou Licença sanitária da sede do fornecedor, em plena validade.

Justificativa: O alvará ou licença sanitária em plena validade é necessário para garantir que a sede do fornecedor cumpre com todas as normas e regulamentos sanitários vigentes. Este documento é crucial para assegurar que os produtos de nutrição enteral e suplementação alimentar sejam armazenados, manuseados e distribuídos de acordo com as práticas sanitárias apropriadas, garantindo a segurança dos pacientes que irão utilizá-los.

A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, se cabíveis ao objeto.

O recebimento provisório ou definitivo do objeto pela área responsável não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato ou por vícios do produto.

A Contratada deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos produtos que serão entregues.





A Contratada deverá fornecer diretamente o produto, não podendo transferir a responsabilidade pelo objeto licitado para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza.

Prestará todos os esclarecimentos técnicos que lhe forem solicitados relacionados com as características dos produtos/serviços fornecidos.

Necessitará executar, fielmente, as entregas de acordo com as requisições expedidas, não se admitindo modificações sem prévia consulta e concordância da Contratante.

A Contratada se obriga a executar os serviços ou a entrega dos produtos de acordo com os prazos e critérios estipulados, em dias, locais e quantidades determinadas, pela Secretaria Municipal de Saúde.

É dever da Contratada assegurar que os produtos ou serviços atendam integralmente às demandas especificadas pelo solicitante, garantindo que:

1. Os produtos cheguem aos locais de destino previamente indicados, em perfeitas condições de uso e conservação;
2. As quantidades entregues correspondam às solicitadas, conforme planejamento e ordens de fornecimento da Secretaria;
3. Os prazos estipulados sejam rigorosamente cumpridos, considerando tanto entregas programadas quanto situações emergenciais;
4. Todos os critérios técnicos e normativos aplicáveis sejam observados, assegurando a segurança, a qualidade e a adequação do produto ou serviço ao uso previsto.

Manter durante toda a execução deste objeto, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação.

A Contratada é obrigada a pagar todos os tributos, contribuições fiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os materiais adquiridos, fornecer Nota Fiscal correspondente aos produtos comercializados, igual ao descrito em Nota de Empenho, assim como se responsabilizar pelas



despesas operacionais e administrativas, de mão de obra dos produtos, transporte até o local da entrega que será previamente indicado.

Quando a aquisição for adquirida pelo Município através de Transferências Especiais de Recursos Federais ou Estaduais ou verba parlamentar é imprescindível indicar nas observações da Nfe, o número do convênio, número do Edital, documentos estes que comprovam o nexos causal entre recursos repassados e as despesas realizadas.

#### INSTALAÇÃO DE ESCRITÓRIO

( ) SIM

(x) NÃO

**9. JUSTIFICATIVAS** (Art. 18, inciso IX da Lei 14133/2021) A motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

- **Qualificação Técnica:** A exigência de qualificação técnica, justifica-se a necessidade de comprovação da capacidade da empresa em fornecer produtos devidamente regularizados perante os órgãos de vigilância sanitária, com prazos de validade adequados, acondicionamento seguro e conformidade às normas da ANVISA. Trata-se de parcelas de maior relevância técnica, uma vez que a qualidade, segurança e integridade dos produtos impactam diretamente na eficácia do tratamento e na saúde dos pacientes.
- **Qualificação Econômico-Financeira:** Quanto à qualificação econômico-financeira, justifica-se a sua exigência em razão da importância da continuidade do fornecimento. A contratação envolve itens de uso contínuo e indispensável, cuja interrupção ou atraso na entrega poderia



comprometer o atendimento integral dos pacientes. Assim, a comprovação da saúde financeira da empresa é fundamental para assegurar que esta disponha de capacidade operacional e de recursos para honrar os compromissos assumidos ao longo da vigência contratual.

Dessa forma, as exigências previstas buscam mitigar riscos de desabastecimento, garantir a regularidade do fornecimento e assegurar que a execução contratual ocorra em conformidade com os padrões técnicos e de qualidade indispensáveis à proteção da saúde pública.

**10. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS e CONTRATAÇÃO SUSTENTÁVEL** (art. 18 § 1º inciso XII da Lei 14.133/2021) descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável:

A aquisição de produtos de nutrição enteral e de suplementação alimentar pode gerar impactos ambientais relacionados principalmente ao uso de embalagens plásticas, metálicas e de papelão, bem como à logística de transporte e armazenamento. Esses resíduos, se não destinados de forma adequada, podem contribuir para o aumento do volume de lixo sólido e para a poluição ambiental. Com vistas à mitigação desses impactos, a Administração Pública deve observar critérios de contratação sustentável, tais como:

- Priorizar fornecedores que adotem boas práticas de gestão ambiental, incluindo programas de logística reversa, destinação adequada de resíduos e uso de materiais recicláveis em suas embalagens;
- Estimular a aquisição de produtos que atendam às normas e certificações ambientais, sempre que disponíveis no mercado;
- Orientar quanto à correta segregação e descarte das embalagens no âmbito das unidades de saúde, contribuindo para a coleta seletiva e para a redução de impactos ambientais;



- Considerar, sempre que possível, o planejamento de entregas otimizadas, de forma a reduzir a emissão de gases poluentes provenientes do transporte.

Assim, a presente contratação, ainda que envolva insumos cuja prioridade seja a segurança alimentar e nutricional dos pacientes, pode ser conduzida de modo a alinhar-se às diretrizes da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) e aos princípios da contratação pública sustentável, reduzindo impactos negativos e promovendo maior responsabilidade socioambiental.

**11. DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS PRETENDIDOS** (art. 18 § 1º inciso IX da LEI 14.133/2021) demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;

A presente contratação busca alcançar resultados mensuráveis em termos de economicidade, eficiência administrativa e melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, conforme segue:

- a) Economicidade: a aquisição centralizada dos produtos de nutrição enteral e suplementação alimentar possibilita maior poder de negociação, redução de custos unitários e diminuição de despesas com compras emergenciais, garantindo o fornecimento contínuo com melhor custo-benefício.
- b) Otimização de recursos humanos: ao assegurar a regularidade no fornecimento, a equipe de saúde (médicos, nutricionistas, farmacêuticos e enfermeiros) poderá dedicar-se prioritariamente ao acompanhamento clínico e nutricional dos pacientes, sem a necessidade de esforços extras para suprir eventuais faltas de insumos.
- c) Racionalização de recursos materiais: o planejamento e a aquisição programada permitem melhor controle de estoque, reduzindo desperdícios, vencimentos e perdas de produtos, além de otimizar o espaço físico destinado ao armazenamento.
- d) Eficiência na aplicação de recursos financeiros: a contratação regular e planejada garante previsibilidade orçamentária e elimina gastos adicionais



decorrentes de contratações fragmentadas ou emergenciais, otimizando a execução financeira e contribuindo para a sustentabilidade fiscal do município.

Dessa forma, os resultados esperados traduzem-se na garantia da continuidade dos tratamentos, no uso racional dos recursos públicos e na maior eficiência na gestão da saúde municipal, assegurando benefícios diretos aos pacientes e à coletividade.

**12. REGIME DE FORNECIMENTO (Art. 18, inciso VII da Lei 14.133/2021)** o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

O fornecimento dos produtos de nutrição enteral e suplementação alimentar será realizado em regime contínuo e planejado, considerando tanto as demandas programadas quanto situações emergenciais, com entregas parceladas conforme cronograma estabelecido pela Secretaria Municipal de Saúde. Dessa forma, o regime de fornecimento adotado alinha-se aos princípios de eficiência, economicidade e planejamento estratégico, garantindo o atendimento seguro e regular aos pacientes, com melhor aproveitamento dos recursos públicos.

**13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL** (art. 18 § 1º inciso X da LEI 14.133/2021) providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;

Não há necessidade de providências específicas. O gestor, fiscal(is) e suplente(s) designados para o contrato são servidores experientes e não terão dificuldade na fase de execução contratual.

Relação de Gestor e Fiscais
-----------------------------



Gestor:	Claudete Meurer
Fiscal Administrativo:	Bianca Cristina Schreiber
Fiscal de Recebimento/Execução:	Gilmara Rompkovski Camargo
Suplentes:	Karen Cardoso Ubiali

**14. CONTRATAÇÕES CORRELATAS e/ou INTERDEPENDENTES (art. 18 § 1º inciso XI da Lei 14.133/2021)**

No caso da aquisição de produtos de nutrição enteral e suplementação alimentar, existe relação direta com um Documento de Formalização de Demanda (DFD) anterior, referente à aquisição de materiais médico-hospitalares, incluindo equipos e bombas de infusão. Essa integração é fundamental para assegurar a continuidade e a eficácia dos tratamentos, garantindo que os pacientes recebam uma assistência completa, segura e plenamente coordenada.

**15. ALINHAMENTO COM O PAC (art. 18 § 1º inciso II da Lei 14133/2021)**  
demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;

- I) ID PCA no PNCP: 76205640000108-0-000001/2025;
- II) Data de publicação no PNCP: 17/06/2024;
- III) Id do item no PCA: 1881, 1882, 1883, 1884, 1885, 1886, 1887, 1888, 1889, 1890, 1891, 1892;
- IV) Classe/Grupo: 8940 - ALIMENTOS ESPECIAIS DIETÉTICOS E PREPARADOS ALIMENTÍCIOS;
- V) Identificador da Futura Contratação: 987541-291/2025;

**16. A CONTRATAÇÃO SERÁ GLOBAL, POR LOTES DE ITENS OU POR ITENS**

- ☐ Global
- ☐ Lote(s) de Itens



(x) Por Itens

### **17. O SERVIÇO OU PRODUTO SE CLASSIFICA COMO?**

(x) Bens e serviços comuns

( ) Bens e serviços especiais

( ) Serviço comum de engenharia

( ) Serviço especial de Engenharia

Os produtos de nutrição enteral e suplementação alimentar se enquadram na categoria de bens e serviços comuns, conforme definição da Lei nº 14.133/2021, uma vez que suas características, qualidade e especificações podem ser atendidas por diversos fornecedores disponíveis no mercado, não exigindo tecnologia ou técnicas especializadas de difícil obtenção.

(x) Serviços e fornecimentos (produtos) contínuos

( ) Serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra

( ) Serviços não contínuos ou contratados por escopo

( ) Serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual

A aquisição dos produtos de nutrição enteral e suplementação alimentar caracteriza-se como fornecimento contínuo, pois envolve entregas regulares ao longo do período de vigência do contrato, garantindo a disponibilidade constante dos insumos essenciais aos pacientes. O fornecimento contínuo é necessário para: Assegurar que os tratamentos nutricionais prescritos sejam mantidos sem interrupções; permitir planejamento logístico eficiente, com controle de estoque e acompanhamento da distribuição; garantir atendimento às demandas programadas e situações emergenciais, incluindo ordens judiciais; promover economicidade e eficiência na gestão dos recursos públicos, evitando compras emergenciais e desperdícios.

### **18. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO**





Considerando que o objeto da presente contratação se refere à aquisição de produtos de nutrição enteral e suplementação alimentar, de fornecimento contínuo e de entrega parcelada, não será exigida garantia de execução contratual. A dispensa da exigência se justifica pelo seguinte:

- a) Trata-se de bens padronizados e amplamente disponíveis no mercado, sem complexidade técnica que justifique riscos de inadimplemento de grande monta;
- b) O contrato envolve fornecimento parcelado, permitindo o acompanhamento periódico da execução e a adoção de medidas imediatas em caso de descumprimento;
- c) A eventual exigência de garantia poderia onerar desnecessariamente os licitantes, impactando negativamente no preço final da contratação, em detrimento da economicidade e do interesse público;
- d) O município já dispõe dos meios legais e administrativos adequados para aplicar sanções em caso de inexecução contratual, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Assim, a não exigência de garantia preserva o equilíbrio entre a segurança da execução contratual e a economicidade da contratação, sem comprometer a continuidade do fornecimento nem a qualidade dos insumos.

**19. CONCLUSÃO PELA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso XIII da LEI 14.133/2021) posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.**

Após a análise da necessidade apresentada e dos elementos técnicos, administrativos e legais que fundamentam o presente Estudo Técnico Preliminar, conclui-se pela plena viabilidade da contratação. A aquisição de produtos de nutrição enteral e de suplementação alimentar mostra-se adequada e indispensável para:

- Atender de forma integral as necessidades dos pacientes acompanhados pelo sistema público de saúde do município de Dois Vizinhos;



- Assegurar a continuidade e a qualidade dos tratamentos prescritos, sem riscos de interrupção ou prejuízos à saúde dos usuários;
- Garantir economicidade e eficiência, mediante processo licitatório que permitirá melhor aproveitamento dos recursos públicos e evitará contratações emergenciais de maior custo;
- Cumprir a legislação vigente, em especial a Lei Municipal nº 2.869/2025 e a Lei Federal nº 14.133/2021, que fundamentam a regularidade e a legalidade do procedimento.

Dessa forma, a contratação é considerada adequada, necessária e viável, representando medida essencial para a promoção da saúde pública e para o cumprimento da missão institucional da Administração Municipal.

**20. MODALIDADE, CRITÉRIO, MODO DE DISPUTA, ETC (Art. 18, inciso VIII da Lei 14133/2021)** a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

### **Modalidade**

- ☒ Pregão, ( ) Tradicional ( ) SRP  
☐ Concorrência, ( ) Tradicional ( ) SRP  
☐ Concurso  
☐ Leilão  
☐ Dialogo Competitivo

### **Procedimentos auxiliares**

- ☐ Credenciamento (Inexigibilidade-Chamamento)  
☐ Pré-Qualificação  
☐ Procedimento de Manifestação de Interesse, etc vide art. 78 da Lei.  
☒ Não se aplica

**Contratação Direta:**

- ☐ Dispensa ☐ com disputa ☐ sem disputa  
☐ Inexigibilidade de licitação.  
☒ Não se aplica.

**Critério de julgamento:**

- ☒ menor preço (**mais usual**)  
☐ melhor técnica ou conteúdo artístico  
☐ técnica e preço  
☐ maior retorno econômico  
☐ maior desconto  
☐ maior lance

Modo de disputa: O modo de disputa poderá ser, isolada ou conjuntamente:

- ☐ Aberto  
☐ Fechado  
☒ Aberto e Fechado  
☐ Fechado e Aberto

O Modo de Disputa Combinado (Aberto e Fechado) é o escolhido por permitir maior estímulo à competitividade e melhor definição do lance mais vantajoso. A fase Aberta promove uma ampla concorrência inicial, enquanto a fase Fechada permite que os licitantes finalistas apresentem seus melhores lances finais e sigilosos, garantindo que a Administração obtenha a proposta mais vantajosa para o interesse público, conforme o Art. 56 da Lei nº 14.133/2021.

Caráter do orçamento estimado SIGILOSO

- ☐ SIM  
☒ NÃO



Município de

**Dois Vizinhos**

Estado do Paraná

**21.** Qual será a fonte dos recursos a serem utilizados?

- (x) Recursos Próprios  
( ) Recursos Estaduais  
( ) Recursos Federais

Dois Vizinhos, 11 de novembro de 2025.

**CLAUDETE MEURER**

Gestora de Saúde

Secretaria Municipal de Saúde

Matrícula Funcional 17949-1

**ANDREA REGINA PELLIN CAGNINI**

Agente Administrativo

Secretaria Municipal de Saúde

Responsável pela Elaboração do ETP

Matrícula Funcional 19203-1



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: B598-47C9-7A1C-F3E9

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



KAREN CARDOSO UBIALI (CPF 044.XXX.XXX-89) em 11/11/2025 16:39:45 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



BIANCA CRISTINA SCHREIBER (CPF 085.XXX.XXX-35) em 12/11/2025 07:22:53 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



GILMARA ROMPKOVSKI CAMARGO (CPF 049.XXX.XXX-12) em 12/11/2025 10:38:08 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



CLAUDETE MEURER (CPF 905.XXX.XXX-34) em 14/11/2025 10:09:34 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://doisvizinhos.1doc.com.br/verificacao/B598-47C9-7A1C-F3E9>